



A EUROPA DO CONHECIMENTO

ALICE CUNHA
MARIA FERNANDA ROLLO
MARIA MANUELA TAVARES RIBEIRO
ISABEL MARIA FREITAS VALENTE
COORD.

**A DIMENSÃO EUROPEIA DA EDUCAÇÃO.
A ESCOLA COMO ALICERCE DA CIDADANIA**

**EDUCATION FOR EUROPEAN CITIZENSHIP.
THE SCHOOL AS THE FOUNDATION OF EUROPEAN CONSTRUCTION**

Isabel Baltazar

ORCID: 0000-0002-2464-8886

Resumo: Este capítulo pretende mostrar que a Dimensão Europeia da Educação pretende ser um processo contínuo de Educação para a Cidadania durante toda a escolaridade obrigatória, desde o Pré-escolar ao Ensino Secundário, sendo a Escola o alicerce para uma Cidadania Europeia Ativa na Sociedade. Tem objetivo mostrar a necessidade de educar para uma cidadania europeia, para que os direitos de cidadania introduzidos no *Tratado de Maastricht* sejam efetivamente conhecidos e vividos pelos cidadãos da Europa. Esta realidade transformaria a cidadania formal numa cidadania ativa e os cidadãos da Europa em verdadeiros cidadãos europeus. Esta cidadania europeia surge como uma força legitimadora de um projeto europeu alicerçado na paz e na democracia. Sobretudo para evitar novos conflitos de nações de um continente convalescente de dois conflitos à escala mundial. Esta

cidadania é gerada para evitar conflitos transnacionais decorrentes da emergência de cidadãos de identidades de todos os Estados-membros da União Europeia. É um conceito complementar às cidadanias nacionais e que combate as naturais tendências nacionalistas. No entanto, é tão frágil quanto o próprio projeto europeu, tão inacabado como esta Europa, e, por isso, o Referencial da Dimensão Europeia da Educação (Março de 2016) pretende ser um instrumento gerador desta Cidadania.

Palavras-Chave: Europa; Educação; Cidadania

Abstract: This book chapter aims to show that the European Dimension of Education aims to be an ongoing process of Citizenship Education throughout compulsory schooling, from pre-school to secondary school, and the School is the foundation for an active European Citizenship in Society. It aims to show the need to educate for European citizenship, so that the citizenship rights introduced in the Maastricht Treaty are effectively known and experienced by the citizens of Europe. This reality would transform formal citizenship into active citizenship and the citizens of Europe into true European citizens. This European citizenship emerges as a legitimizing force for a European project based on peace and democracy. Above all, to prevent further conflicts of nations from a convalescent continent of two conflicts on a world scale. This citizenship is generated to avoid transnational conflicts arising from the emergence of citizens of identities of all member states of the European Union. It is a concept complementary to the national citizenships and that it fights the naturalistic nationalist tendencies. However, it is as fragile as the European project itself, as unfinished as this Europe, and, therefore, the European

Dimension of Education (March 2016) aims to be a tool that generates this Citizenship.

Keywords: Europe; Education; Citizenship

Vivemos um tempo de incertezas sobre o projeto europeu. O tempo está nebulado, com fortes probabilidades de trovoadas, anunciadas por problemas sociais graves de xenofobia, racismo e ódio aos estrangeiros. Vejamos a questão dos refugiados e, também, o despontar de falta de paz dentro dos próprios Estados da Europa. Também se anunciam os nacionalismos e movimentos sociais geradores de conflitos. Em todos estes cenários, é urgente a Educação para Valores Europeus, na qual se inclui a Educação para uma Cidadania Europeia e a consciência de uma História e Cultura comuns. Esta Europa do Conhecimento inclui uma dimensão europeia da Educação.

Estamos em crer que as crises sociais da Europa são, igualmente, oportunidades únicas para tomar consciência da necessidade de Educar para a Cidadania Europeia. Vitória Cardona tem uma obra sobre esta temática, onde se interroga no subtítulo: «Realidade, Desafio ou Utopia»?³²⁰

Ao longo destas páginas, vamos procurar mostrar que a Dimensão Europeia da Educação é já uma realidade, é ainda um desafio e sempre uma utopia.

³²⁰ CARDONA, Vitória – *Educar para a Cidadania Europeia. Realidade, Desafio ou Utopia*. Lisboa: Príncípia Editora, 2006, p. 166, ISBN 978-972-8818-93-7.

1. A Educação ou a Utopia Necessária

Jacques Delors escreveu um prefácio com este título num Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI, que teria o título *Educação um tesouro a descobrir*³²¹, que permanece muito atual e pertinente. A Comissão coordenada pela lucidez e espírito visionário do Senhor Delors, estudou os problemas sociais identificados do século XX para encontrar na *Educação um Tesouro a Descobrir*. Perante os múltiplos desafios do presente, a solução passa por olhar para os fundamentos da história da humanidade, e, neste nosso caso, para a História da Europa, e encontrar neles as raízes para transformar o presente com esperança no futuro.

Face aos múltiplos desafios do futuro, é na educação que encontramos os alicerces para a construção de uma nova sociedade, formando as novas gerações para os valores da paz, da liberdade e da justiça social. É pela educação que é possível o desenvolvimento do mundo, tanto ao nível das pessoas, dos Estados, como da humanidade no seu conjunto. O Tesouro está na Educação para um Humanismo, face ao constante e vertiginoso crescimento tecnológico e científico. É preciso recuperar os valores essenciais que tornam a pessoa como o centro do desenvolvimento e de um mundo mais próspero e de bem-estar social e individual.

Estes objetivos não se realizam de forma imediatista, como um remédio milagroso, uma vez encontrado o problema (falta de humanismo) e a solução (educação). Nada mais necessário para fazer avançar o mundo do que mudar mentalidades, mas, também, nada mais lento do que esta mudança. É preciso ir às origens, desde a primeira educação até aos estádios mais avançados de escolaridade e, diria

³²¹ DELORS, Jacques (Dir.) – *Educação um Tesouro a Descobrir. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI*. Porto: Edições Asa, 1996. P. 256. ISBN 972-41-1775-8.

mesmo, e na sequência da política europeia para a educação, é necessário uma Educação ao longo da vida.

No entanto, esta comissão liderada por Jacques Delors tem como objetivo o método de começar pela formação básica até chegar mais longe:

É evidente, nem seria necessário recordá-lo, que a Comissão pensou, antes de mais, nas crianças e nos adolescentes, naqueles que amanhã receberão testemunho das mãos dos adultos, os quais tendem a concentrar-se demasiado sobre os seus próprios problemas. A educação é, também, um grito de amor à infância e juventude, que devemos acolher nas nossas sociedades, dando-lhes o espaço que lhes cabe no sistema educativo, sem dúvida, mas também na família, na comunidade de base, na nação. Este dever elementar deve ser constantemente recordado, para cada vez mais ser tido em conta, aquando das opções políticas, económicas e financeiras. Parafraseando o poeta, a criança é o futuro do homem.³²²

Num século tão marcado por progressos económicos e científicos, por um avanço tecnológico sem medida, paradoxalmente, a Educação não revela grandes progressos, pelo menos, uma Educação Global de competências e de valores. De facto, se *educare* significa guiar ou orientar alguém a fazer caminho, estamos na era das competências cognitivas e de um sucesso educativo que não é mais do que atingir metas curriculares. O tesouro está na Educação e não, apenas, na instrução, e é esta educação para valores e cidadania que, embora inscrita, nos programas curriculares, com diferentes designações, não está a provocar competências afetivas e sociais proporcionais e à construção de um mundo melhor, mais humano e feliz. Estamos na

³²² Idem, *ibidem*, p. 11.

era dos paradoxos, mas, estamos, também, na era da viragem e da proposta de que o sucesso educativo não pode ser medido por *rankings*, mas, por atitudes individuais e sociais. O sucesso educativo de educar para valores terá como meta uma sociedade de bons cidadãos e de pessoas felizes, uma educação para Ser, como relata o relatório da Comissão para o Século XXI, nos seus princípios fundamentais:

A educação deve transmitir, de facto, de forma maciça e eficaz, cada vez mais saberes e saber-fazer evolutivos, adaptados à civilização cognitiva, pois são as bases das competências do futuro. Simultaneamente, compete-lhe encontrar e assinalar as referências que impeçam as pessoas de ficar submergidas nas ondas de informações, mais ou menos efémeras, que invadem os espaços públicos e privados e as levem a orientar-se para projetos de desenvolvimento individuais e coletivos. À educação cabe fornecer, dalgum modo, a cartografia dum mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permita navegar através dele.³²³

Os educadores, no verdadeiro sentido do termo, não são apenas depositários de matérias, mas são o porto de abrigo onde os alunos se orientam com a bússola recebida para chegar a bom porto. Os professores, neste sentido, são, também educadores, e os alunos, os agentes da sua própria aprendizagem experiencial. A Comissão Dehors percebeu que este era o caminho e que não interessava uma grande e pesada bagagem, mas saber o que se leva de útil na mala de competências:

Nesta visão prospetiva, uma resposta puramente quantitativa à necessidade insaciável de educação – uma bagagem escolar

³²³ Idem, *ibidem*, p. 77.

cada vez mais pesada – já não é possível nem mesmo adequada. Não basta, de facto, que cada um acumule no começo da vida uma determinada quantidade de conhecimentos de que possa abastecer-se indefinidamente. É, antes, necessário estar à altura de aproveitar e explorar, do começo ao fim da vida, todas as ocasiões de atualizar, aprofundar e enriquecer estes primeiros conhecimentos, e de se adaptar a um mundo em mudança.³²⁴

1.1. Os quatro pilares da educação

A Comissão de Jacques Delors, na sequência desta nova dimensão da educação, organizou uma estrutura de aprendizagens fundamentais, que viriam a ser consagradas como «Os quatros pilares da educação»:

A educação deve organizar-se à volta de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda a vida, serão dalgum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: *aprender a conhecer*, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; *aprender a fazer*, para poder agir sobre o meio envolvente; *aprender a viver juntos*, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente aprender a ser, via essencial que integra os três precedentes. É claro que estas quatro vias do saber constituem apenas uma, dado que existem entre elas múltiplos pontos de contacto, de relacionamento e de permuta.³²⁵

³²⁴ Idem, *ibidem*.

³²⁵ Idem, *ibidem*.

1.1.1. Aprender a conhecer

O problema fundamental é que, apesar de todos os esforços em sentido contrário, o ensino continua a orientar-se, essencialmente, e muitas vezes, exclusivamente, para o *aprender a conhecer*, seguindo-se do *aprender a fazer*, em muito menor escala. A Comissão o que pretende neste relatório é a Educação Global, em que cada um dos quatro pilares tem o mesmo valor, no sentido de uma educação harmoniosa e de um equilíbrio da pessoa humana. O plano cognitivo e prático devem ser complementados com uma literacia social de saber ser e conviver com os outros. É, por isso, indispensável, mudar a ideia de que a educação formal é mais importante do que a educação não formal. Os desafios deste século são de construir uma sociedade mais harmoniosa, em que o potencial criativo, de descoberta desse tesouro escondido em cada indivíduo, tivesse tempo e espaço para revelar-se. Torna-se, por isso, necessário, ultrapassar uma visão puramente instrumental da educação, como via obrigatória para saber e fazer, para reanimar e fortalecer a importância de Ser Pessoa e Conviver com os outros, num mundo aberto à tolerância, respeito e multiculturalismo.

Por outro lado, não basta *aprender a conhecer* de forma tradicional e enciclopédica, porque «este tipo de aprendizagem que visa, não tanto a aquisição dum reportório de saberes codificados, mas antes o domínio dos próprios instrumentos do conhecimento... porque se pretende que cada um aprenda a compreender o mundo que o rodeia, para viver dignamente, para desenvolver as suas capacidades profissionais, para comunicar»³²⁶. É preciso desenvolver neste conhecimento, o prazer de aprender, de descobrir, de interiorizar saberes: «deveria levar as pessoas a apreciar, cada vez mais, as alegrias do conhecimento e da investigação individual»³²⁷. Também porque a

³²⁶ Idem, *ibidem*, p. 78.

³²⁷ Idem, *ibidem*.

escolaridade está cada vez mais prolongada e a educação ao longo da vida, num processo de conhecimento inacabado, permite que não seja necessário conhecer tudo, ou, pelo menos, conhecer tudo ao mesmo tempo, porque é inútil e impossível. Por isso, é preciso uma Europa do Conhecimento que promova uma cultura geral, mas que incentive à especialização e interdisciplinaridade entre os investigadores dos vários saberes, num conhecimento em rede, como um mundo também globalizado e à escala interplanetária.

1.1.2. Aprender a fazer

Nesta Europa do Conhecimento, o *aprender a conhecer* está ligado ao *aprender a fazer*, dado que cada vez mais evoluímos para um conhecimento técnico e uma formação profissional fundamental na nova era social, dominada pelas economias industriais. A substituição da mão de obra pelas máquinas, levou a um tempo em que o conhecimento tecnológico é fundamental e onde o trabalho humano é cada vez mais imaterial e cognitivo. Por isso, *aprender a fazer* já não significa o mesmo dos séculos passados em que se aprendia um ofício, a trabalhar com as mãos. As economias atuais desmaterializaram o trabalho, e o seu futuro está na capacidade de transformar o progresso dos seus conhecimentos em inovações geradoras de novas empresas e de novos tipos de trabalhos.

Atualmente, na Europa, *aprender a fazer*, não continua a ser preparar alguém para determinada tarefa material ou a produzir algo. Ao aumento de exigências em matéria de qualificação, estão ligadas outras competências como, por exemplo, formação técnica e profissional, comportamento social, aptidões para o trabalho em equipa e a capacidade de iniciativa e de gosto pelo risco.

1.1.3. Aprender a viver juntos, aprender a viver com os outros

Podemos considerar que este é o maior desafio da dimensão europeia da educação. Paradoxalmente, estamos na era das comunicações e cada vez há mais ruídos na comunicação entre pares, na sociabilidade e no saber viver com os outros. Os factos de que a comunicação não existe são evidentes, quer pela falta de entendimento entre os Estados, os povos e as regiões, mas, também, entre as pessoas entre si. Para além das guerras acesas, há conflitos ocultos, e, o objetivo essencial da Europa que foi preservar a paz é, o risco iminente do mesmo continente e do mundo em geral. A paz não é, apenas, a ausência de guerra; a paz está em risco, também, pela falta de capacidade de diálogo, de tolerância e de respeito entre os povos da Europa. O preâmbulo do Ato Constitutivo das Nações Unidas, lembrava que era no espírito dos homens que começava a guerra e que seria, também, no espírito dos homens que deveriam erguer-se os baluartes da paz.

Nesta Europa do Conhecimento, cada vez é mais necessário saber trabalhar em conjunto, e, cada vez mais nos voltamos para o individualismo que impede uma boa comunicação com os outros. O mundo é violento, mas as pessoas em si, cada uma, também são geradoras de conflitos e de violências. Que fazer então, para aprendermos a viver juntos, aprendermos a viver com os outros?

Para além de uma Educação para Valores, que aqui não cabe desenvolver, cabe à Escola educar estas competências sociais: ensinar a não-violência, lutar contra preconceitos geradores de conflitos, lutar contra a competição desenfreada, quer por resultados escolares, quer, ainda, por ser o melhor entre os pares, em qualquer área de atuação. Ao diploma de mérito académico, propomos a entrega de um mérito de bom cidadão e boa pessoa, também na Escola.

1.1.4. Aprender a ser

De facto, a Escola não deve existir só para promover o sucesso educativo, medido por *rankings* e por mérito quantitativo, e, mesmo sendo importante estimular a aprendizagem e um conhecimento cognitivo, é, também, essencial, que os professores participem na tarefa educativa, missão essencial da família, através de uma literacia social:

A educação tem por missão, por um lado, transmitir conhecimentos sobre a diversidade da espécie humana e, por outro, levar as pessoas a tomar consciência das semelhanças e da interdependência entre todos os seres humanos do planeta. Desde tenra idade a escola deve, pois, aproveitar todas as ocasiões para esta dupla Aprendizagem. (...) Passando a descoberta do outro, necessariamente, pela descoberta de si mesmo, e por dar à criança e ao adolescente uma visão ajustada do mundo, a educação, seja ela dada pela família, pela comunidade ou pela escola, deve antes de mais ajudá-los a descobrir-se a si mesmos. Só então poderão, verdadeiramente, pôr-se no lugar dos outros e compreender as suas reações³²⁸.

Em conclusão, todos estes princípios enunciados, designados por pilares, pretendem ser a estrutura essencial para uma Educação Europeia. Nesta educação, o conhecimento deve estar aliado ao ser e ao saber estar, e, os métodos de ensino não devem ir contra este reconhecimento essencial do Ser com o Outro. Por outro lado, os professores não devem matar, por dogmatismo, a curiosidade ou o espírito crítico dos seus alunos, porque em vez de os desenvolverem no seu todo, estão a ser mais prejudiciais do que úteis na sua formação. Os professores devem lembrar-se de que são modelos e de que

³²⁸ Idem, *ibidem*, p. 84.

só pelo exemplo estão mesmo a educar e a formar as novas gerações. Numa Europa do Conhecimento, esta dimensão europeia da Educação apela à capacidade de abertura ao autoconhecimento, à descoberta, à alteridade e, sobretudo, a aprender o que ainda não se sabe.

Aprender a ser é aprender a lutar contra a desumanização do mundo, quer na escola, quer na sociedade, quer, muito gravemente, nas famílias. A evolução do conhecimento e da técnica não pode ir em sentido contrário à humanização do mundo, porque seria uma perversão do sentido último da vida e do Ser Pessoa. É preciso preparar as crianças e os jovens para viverem em sociedade, tornando-os seres capazes de conhecer e viver no mundo que as rodeiam:

Mais do que preparar as crianças para uma dada sociedade, o problema será, então, fornecer-lhes constantemente forças e referências intelectuais que lhes permitam conhecer o mundo que as rodeia e comportar-se nele como atores responsáveis e justos. Mais do que nunca, a educação parece ter, como papel essencial, conferir a todos os seres humanos a liberdade de pensamento, discernimento, sentimento e imaginação de que necessitam para desenvolver os seus talentos e permanecerem tanto quanto possível, donos do seu próprio destino.³²⁹

A Europa do Conhecimento tem como objetivo desenvolvimento, em toda a sua riqueza e na complexidade das suas expressões e dos seus compromissos. Desenrola-se desde o nascimento até à morte, e tem como objetivo primordial a realização completa do ser humano, desde o conhecimento de si próprio, dos outros e do mundo em que vive. Este mundo deve dar-lhe a capacidade de ser criador de sonhos e de se realizar como pessoa e como cidadão.

³²⁹ Idem, *ibidem*, p. 86.

2. A Escola como alicerce de uma cidadania ativa

A atualidade política da Europa atual, na linha do enunciado no tratado da União Europeia, reconhece a necessidade de envolvimento mais estreito dos cidadãos europeus no projeto de construção europeia. Embora a dimensão da cidadania europeia esteja inscrita, há mais de vinte anos, no Tratado de Maastricht (1992)³³⁰, onde pode ler-se: «É instituída a Cidadania da União» e, a seguir, «É cidadão da União qualquer pessoa que tenha a nacionalidade de um Estado-membro»³³¹, na realidade trata-se de um mecanismo formal de afirmação de um direito não assumido e, por isso, não vivido pelos cidadãos dos seus Estados-membros. Por isso, a Europa do Conhecimento passa pela inclusão da Cidadania na Educação, muito concretamente nos currícula das escolas, quer numa dimensão formal disciplinar, quer por uma educação não formal e transversal a todo o currículo.

Esta educação para uma cidadania europeia está integrada, antes de mais, numa cidadania como uma formação para uma literacia social e urgência de educação para Valores. Os valores europeus inscrevem-se, assim, num conjunto de competências cívicas mais alargadas que levarão, igualmente, a uma cidadania também europeia, ou seja, à apetência social para intervir numa comunidade alargada de cidadãos europeus, unidos por um projeto comum.

É por isso, fundamental que a Escola seja o Alicerce de uma Cidadania Ativa, primeiro desenvolvendo competências necessárias numa integração social e política das novas gerações. Esta Europa do Conhecimento não se dedica, exclusivamente, ao desenvolvimento cognitivo, técnico e tecnológico, embora esta Europa esteja cada vez

³³⁰ Em 1992, o Tratado de Maastricht estabeleceu a cidadania da União. Está incluída na Parte II (artigos 17.º a 22.º) do Tratado que institui a Comunidade Europeia.

³³¹ Tratado de Maastricht, Parte II, artigo 8.º

mais desenvolvida, com todos os benefícios do desenvolvimento destas áreas da Educação. No entanto, para além da visibilidade destes conhecimentos, cada vez mais avançados e sofisticados, a Europa do Conhecimento é um espaço de pessoas que não vivem de saber ler, escrever ou contar; de saber fazer, de uma tecnologia cada vez mais avançada, de um conhecimento em rede. É preciso a Escola educar também para os valores de cidadania, de saber viver e conviver com os outros, de formação de competências de base, como saber respeitar o outro, o diferente, de cultura e de sociedade, de tolerância, de paz.

Nesta tarefa, os educadores têm um papel fundamental de, juntamente com a família, colaborarem para um mundo mais pacífico, tolerante e melhor, porque as novas gerações, levarão na sua bagagem, conhecimentos fundamentais, mas, também, valores de cidadania.

A família continua a ser o centro desta aprendizagem para saber viver na “cidade”, porque é nela que se desenrolam as primeiras experiências de cidadania, de descoberta do mundo: exterior e físico, social, inter-relacional, ou no mundo subjetivo de autoconhecimento. É o processo mais célere para chegar ao conhecimento do mundo. A Escola é o caminho para a autonomia individual, uma cooperação social e uma participação pública como resultados práticos de uma cidadania ativa. Ambas são os agentes de transformação social de fomento da participação pública.

A Escola, para além dos saberes, tem como missão estimular a participação democrática dos alunos, enquanto elementos ativos, numa comunidade escolar. Educar é, também, educar para a democracia, cabendo ao professor o papel decisivo no desenvolvimento social e na consciencialização de competências cívicas: participação na vida ativa, nas dimensões sociais, económicas e culturais. Cada geração deve ser educada para ser um verdadeiro cidadão, responsável e participativo na vida social. A cidadania responsável é muito mais integradora de competências sociais do que uma mera «educa-

ção cívica». Não seria importante definir o conceito de «cidadania responsável» antes de avançar para uma educação mais alargada?

O processo de construção representativa do aluno inclui a competência de participação cívica de envolvimento numa democracia representativa. É aqui que chegamos ao cerne da questão: a educação deve promover o envolvimento das sucessivas gerações na sociedade em geral, e, muito particularmente, na cidadania europeia. Isto significa que cada cidadão é educado para aprender a participar e não apenas a fazer representar-se.

Em conclusão, a Escola é o alicerce da Cidadania Europeia Ativa, porque promove, os fundamentos de uma verdadeira participação na comunidade. É destas práticas de cidadania na escola que se geram práticas de cidadania nacional e europeia. Como salienta Claudine Leuleux:

Participar significa desenvolver competências na escola de escuta e de diálogo; desenvolver a capacidade de julgar, escolher, decidir e responder aos próprios julgamentos e ações; desenvolver competências de expressão de opinião e de argumentação, para convencer os outros; reconhecer os processos democráticos, destacando os que podem ser alvo de alterações; redescobrir as motivações e a legitimidade do interdito (o que é defendido e discutido pelos autores das leis), para que se utilizem, criticamente, instrumentos de reformulação de regras ou leis; aprender a delegar e a representar.³³²

³³² LELEUX, Claudine – *Educar para a Cidadania*. Porto: Gailivro, 2006. 254 p. ISBN 989-557-291-3.

2.1. Como aprender a participar?

A Escola é o espaço por excelência para fomentar as capacidades de participação democrática de educação para uma cidadania ativa. Para além do já referido atrás, de desenvolvimento de competências sociais fundamentais, é através do debate de questões de cidadania, que se pode e podem interiorizar valores de participação democrática. Célestin Freinet, refere a forma de debate cooperativo, enquanto instrumento didático:

Não é apenas uma reflexão a partir da qual se constroem as bases de uma cooperativa, as regras de convivência e a gestão de conflitos: é preciso um espaço global de regulamentação de aprendizagens, discussão e avaliação de diferentes projetos, onde se reconhecem as dificuldades e se procuram soluções em comum (...). O aluno adquire um estatuto interventivo, ao estar consciente dos seus direitos e deveres face a uma dinâmica escolar, preparando-o para o exercício da cidadania.³³³

O debate participativo ou o debate de cooperação é uma estratégia dinâmica e prática para promover uma cidadania ativa. O objetivo não é promover simples diálogos, mas criar um espaço de gestão de opiniões, onde os alunos aprendem a analisar, organizar, prever, decidir e solucionar. Cada um deles desempenha um papel único e insubstituível, resultando num equilíbrio de todas as partes envolvidas e numa gestão organizacional em que as partes contribuem para a riqueza do todo. Constrói-se, assim, um espaço para a aprendizagem da cidadania, onde os direitos coletivos se harmonizam com os direitos individuais; um espaço onde se educa para a consciencialização

³³³ Idem, *ibidem*, p. 214.

de responsabilidades, a qual é interiorizada numa experiência e passa, naturalmente, do espaço da Escola para a Sociedade.

É também na escola que se promove a reflexão sobre os acontecimentos do dia, na sala de aula e no meio social, para fomentar uma cultura de convivência social que seja preventiva de conflitos e promotora da paz.

Para além de toda esta Europa do Conhecimento na Escola, as novas gerações são, também uma geração Erasmus, a experiência mais bem-sucedida dos últimos trinta anos e onde, para além do conhecimento, há uma convivência internacional, com jovens com outras culturas, mentalidades e experiências. É neste espaço Erasmus, primeiro uma oportunidade de aprendizagens em Universidades diferentes, mas, também uma oportunidade única de conviver e viver uma experiência de verdadeira cidadania europeia. Erasmus é, também, um espaço onde a Europa do Conhecimento se transforma numa Europa de humanismo e sociabilidade³³⁴.

2.2. Educar para uma Cidadania Europeia

Apesar das tentativas forçadas de incluir na construção europeia uma cidadania europeia, esta Cidadania inscrita nos tratados e objeto dos mais eloquentes discursos dos políticos, não é vivida como uma cidadania ativa, objetivo essencial para lhe dar a necessária visibilidade. Por isso, à questão:

Tu és um cidadão português, um cidadão europeu ou os dois?”,
até os mais jovens respondem: “Eu sinto-me mais português,

³³⁴ Cf. CUNHA, Alice e SANTOS, Yvette – *Erasmus' 30. A História do programa e a participação dos estudantes portugueses*. Lisboa: Comissão Europeia. 119 p. ISBN-978-989-99720-8-7.

também sou dinamarquês, não é? Mas sinto-me português e dinamarquês, não me sinto...assim europeu...Quer dizer, claro que me sinto mais europeu do que africano! Mas não me sinto propriamente um cidadão europeu³³⁵.

Vitória Cardona na sua premiada obra intitulada, *Educar para a Cidadania Europeia. Realidade, Desafio ou Utopia* para além da questão anterior, faz ainda outra de diagnóstico sobre a vontade de conhecimento, por parte dos jovens, sobre a União Europeia: «Gostarias de aprender e perceber melhor o que é a União Europeia ou... isso é-te indiferente?»³³⁶ E a resposta é muito positiva de que vale a pena dar a conhecer a Europa: «Não, não é indiferente. Gostava mesmo de perceber até ao máximo que podia. Porque, afinal, fazemos todos parte da União Europeia e... pronto! É uma falta de integridade uma pessoa não querer saber para o que serve a União Europeia, já que lá está a viver!»³³⁷.

Embora num primeiro momento da construção europeia, esta Europa do Conhecimento, não estivesse em primeiro plano, monopolizada pela urgência de reconstrução económica e de manutenção da paz, foram as próprias instâncias comunitárias a reconhecerem a sua necessidade e a implementar programas para a Cultura e Educação na Europa. Primeiro, sobre a forma de recomendações, diretivas, pareceres e resoluções, e aplicando o princípio da subsidiariedade, levou a que fossem os Estados-Membros a fazerem a sua interpretação e a terem as iniciativas na vontade do seu cumprimento.

A insuficiência daquele tipo de atuação nos domínios da educação, da cultura e da formação, foi reconhecida pelo Conselho

³³⁵ Excertos de entrevistas realizadas a alunos do 9.º Ano, no âmbito do trabalho de CARDONA, Vitória – *Educar para a Cidadania Europeia. Realidade, Desafio ou Utopia*. Lisboa: Príncípa Editora. 2007, p. 9.

³³⁶ Idem, ibidem.

³³⁷ Idem, ibidem.

Europeu de Lisboa, em 2000, tendo como meta a consolidação de uma efetiva cidadania europeia. Foi então que se iniciou uma nova fase de desenvolvimento da educação em contexto europeu. E foram muitos os apelos à construção de uma verdadeira dimensão europeia da educação e à criação de um espaço europeu de educação, conciliando a educação com a cidadania e a dimensão europeia de ambas.

Ficou provado que a partilha de objetivos comuns pelos vários Estados-Membros e a conciliação de esforços, seria um enriquecimento para todos e, simultaneamente, a oportunidade de vir a ter a sonhada cidadania europeia e os verdadeiros cidadãos europeus.

A educação para a cidadania engloba um conjunto amplo de competências sociais, a saber: a educação para os direitos humanos, a formação pessoal e social, a educação para valores morais, a educação cívica, a educação para valores democráticos. Supõe o desenvolvimento de um conjunto de capacidades interventivas que contribuam para o bem-estar individual e social, tanto a nível nacional como a nível europeu.

A construção de uma cidadania europeia pela educação é hoje o maior desafio da União Europeia ao nível de uma Europa do Conhecimento. É o processo para revitalizar o projeto europeu e para encontrar nos europeus o futuro para a União Europeia. Esta cidadania é um processo que permite a vivência equilibrada da democracia, e uma sociedade democrática, é o princípio e o fim deste processo de construção europeia. É também a forma de os cidadãos europeus assumirem o presente e o futuro da Europa.

2.3. A dimensão europeia da educação

Neste último ponto, é fundamental falar do *Referencial Dimensão Europeia da Educação*³³⁸, coordenado por Luís Filipe Santos e José Vítor Pedroso, do Ministério da Educação e Ciência, datado de 2015. É o ponto de chegada, do esforço do Ministério da Educação e Ciência, com a colaboração de figuras fundamentais que abraçaram a missão de formação e informação sobre a União Europeia no domínio da Educação, como Clotilde da Câmara Pestana e Filomena António, do Centro de Informação Europeia Jacques Delors (CIEJD).

2.3.1. Antecedentes

É de salientar que a Dimensão Europeia da Educação vinha sendo uma preocupação da própria União Europeia, embora tenha emergido no seio do Conselho da Europa. Nos anos sessenta, na sequência de uma série de encontros entre os Ministros da Educação dos Estados-Membros da União Europeia, é criado um fórum de discussão e ação em torno de assuntos educativos comuns, entre os quais, a juventude e o desporto, o ensino superior e a investigação. Na década seguinte, a CEE pretende consolidar a educação no seu projeto, incluindo na mobilidade de produtos, também a mobilidade de pessoas e de ideias no espaço comunitário. Na altura, a educação europeia era concebida como uma possibilidade de equivalência de diplomas e de escolarização e formação profissional. Eis que em 1971, numa reunião de Ministros da Educação dos Estados-Membros, a educação foi

³³⁸ SANTOS, Luís Filipe e PEDROSO, José Vítor (Coord.) – *Referencial Dimensão Europeia da Educação para a Educação Pré-escolar, o Ensino Básico e o Ensino Secundário*. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência, 2015.

reconhecida formalmente como um domínio da construção cultural da nova Europa em construção.

Pela primeira vez, a cooperação a nível educativo entre os Estados-Membros passa a ser tema de reflexão e debate, com o fim de concretizar a mobilidade de estudantes, o bilinguismo e a equivalência de diplomas no Ensino Superior. E este debate teria como consequência, a aprovação de uma Resolução do Conselho de Ministros e dos Ministros da Educação que aprovou a definição de um programa em matéria de Educação (1979).³³⁹ Ficou determinado que seriam introduzidas medidas na escolarização, muito particularmente na melhoria do ensino de línguas estrangeiras e uma cooperação cada vez mais estreita ao nível do ensino superior.

Foi nesta altura que foi introduzida a expressão «Dimensão Europeia da Educação», curiosamente, ao mesmo tempo da «Europa dos Cidadãos», expressão usada pela primeira vez na Cimeira de Paris de 1974, na senda da posição de Léo Tindemans de considerar decisivo para a construção europeia, a criação de iniciativas concretas para a unidade e solidariedade europeias. É então que surge, também, no horizonte, a possibilidade de criação de uma cidadania europeia, assente nos pressupostos da pertença a uma comunidade comum, os direitos comuns e a abolição de qualquer forma de discriminação baseada na nacionalidade.

Nos anos 80, surgiram os conceitos de «identidade europeia» e de «cidadania europeia», como consequência do processo de aprofundamento do processo de construção europeia, que prosseguiria a sua marcha até à criação do Mercado Único Europeu de 1992. Em matéria de educação, refiram-se, em 1987 os programas COMETT (programa de cooperação entre a universidade e a empresa em matéria de formação no domínio das tecnologias) e o ERASMUS (programa

³³⁹ *Résolution du Conseil et des Ministres de l'Éducation*, Conseil du 9 de février 1976, JO n.º C 038 de 19 de février 1976.

de ação comunitária em matéria de mobilidade dos estudantes). Também o PETRA (programa de ação para a formação profissional e preparação dos jovens para a vida adulta e profissional), o JUVENTUDE PARA A EUROPA (programa de ação de promoção dos intercâmbios de jovens na Comunidade) e o LÍNGUA (programa de ação de promoção do conhecimento de línguas estrangeiras na Comunidade Europeia). E assim, chegamos à resolução que determina a «Dimensão Europeia da Educação»³⁴⁰, com o objetivo essencial de reforçar a dimensão europeia na educação.

2.3.2. O referencial Dimensão Europeia da Educação em Portugal

Este referencial, datado de agosto de 2015, pretendeu instituir a Educação para a Cidadania e a Dimensão Europeia da Educação. Na introdução, pode ler-se o seguinte:

Enquanto processo educativo, a educação para a cidadania visa contribuir para a formação de pessoas responsáveis, autónomas e solidárias que conhecem e exercem os seus direitos e deveres em diálogo e no respeito pelos outros, com espírito democrático, pluralista, crítico e criativo.

A Educação para a Cidadania é uma área transversal ao currículo escolar que envolve diferentes dimensões da educação contempladas no documento *Linhas Orientadoras na Educação para a Cidadania...* relativo aos princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos dos ensinos básicos e secundário: educação para os direitos humanos; educação ambiental/educação

³⁴⁰ *Resolução do Conselho e dos Ministros da Educação*, reunidos no seio do Conselho de 24 de maio de 1988, relativa à dimensão europeia na Educação, JO n.º C 177, de 6 de julho de 1988.

sustentável; educação rodoviária; educação financeira; educação do consumidor; educação para o empreendedorismo; educação para a igualdade de género; educação intercultural; educação para o desenvolvimento; educação para a defesa e a segurança/educação para a paz; voluntariado; educação para os media; dimensão europeia da educação; educação para a saúde e a sexualidade; educação para o risco.³⁴¹

Como podemos constatar, o tratamento da Dimensão Europeia da Educação é uma das temáticas previstas nas «Linhas Orientadoras da Educação para a Cidadania», e, é neste enquadramento que contribui para o conhecimento da União Europeia nas escolas e ao envolvimento das crianças e jovens no processo de construção europeia. Não se trata de uma educação para a cidadania europeia como uma área curricular, mas uma temática abordada transversalmente no currículo. É o princípio de um caminho para o conhecimento da União Europeia e a oportunidade para envolver os alunos nesta Europa onde já nasceram e vivem. Nesta abordagem transversal, corre-se o risco de não ser o centro das preocupações das «Linhas Orientadoras da Educação para a Cidadania», ou de ficar oculta a cidadania europeia, mas, é também, a grande oportunidade de passar a ser vivida como algo de natural e não decretado por um programa. Urge aproveitar o grande desafio deste Referencial da Dimensão Europeia da Educação, para o transformar num desafio de ser um instrumento de mudança de mentalidades e de construção do paradigma da cidadania europeia, como nele podemos ver enunciado:

A Dimensão Europeia da Educação possibilita às crianças e aos jovens não só a aprendizagem de um conjunto de conteúdos associados às temáticas da construção e da identidade europeia,

³⁴¹ SANTOS, Luís Filipe e PEDROSO, José Vítor (Coord.), *op. cit.*, p. 4.

no contexto de uma formação para a cidadania global, como o desenvolvimento de atitudes e valores que levarão à tomada de consciência da riqueza e da diversidade cultural da Europa. A vivência de diversos quotidianos em países europeus, reconhecendo também as identidades locais e regionais, e as relações de amizade que os intercâmbios e projetos europeus, contribui decisivamente para o conhecimento e para a valorização das múltiplas identidades, das instituições e dos modos de vida dos cidadãos europeus, ao mesmo tempo que reforçam o sentido de pertença e identidade, ao nível regional, nacional, europeu e universal.³⁴²

Nele está contido o desejo de promover o conhecimento dos valores europeus e de incentivar à participação nas oportunidades oferecidas aos cidadãos europeus. Também está explícito o objetivo de promover um melhor conhecimento da Europa e da União Europeia, nomeadamente das suas instituições, do seu património cultural e natural, e dos desafios atuais da Europa e do Mundo. De facto estamos no caminho de um conhecimento cada vez mais aprofundado da União Europeia e da consciência de uma cidadania europeia. Saibamos implementar os instrumentos para a sua realização e seremos europeus.

Reflexões finais

A Dimensão Europeia da Educação está ligada a uma Educação para a Cidadania, em que a Europa do Conhecimento seja parte integrante do processo de construção da unidade europeia. Nesta Europa do Conhecimento da atualidade, há imensos desafios, como

³⁴² Idem, *ibidem*.

vimos. Entre eles, são de salientar a educação para os direitos humanos, a educação ambiental, o desenvolvimento sustentável, uma educação financeira, rodoviária, uma educação para o empreendedorismo, para a educação do consumidor, para a igualdade de género, para o diálogo intercultural. Esta educação para o desenvolvimento dos cidadãos através do conhecimento, envolve todas as áreas, sendo interdisciplinar e pluridisciplinar. Apela à segurança, à educação para os media, à saúde e educação para a sexualidade, à educação para o risco, enfim, a um conjunto tão diversificado mas unificado no fim último desta dimensão europeia da Educação: a educação para a Paz.

A Dimensão Europeia da Educação possibilita às crianças e aos jovens não só a aprendizagem de um conjunto de conteúdos associados às temáticas da construção e da identidade europeia, no contexto de uma formação para a cidadania global, como o desenvolvimento de atitudes e valores que levarão à tomada de consciência da riqueza e da diversidade cultural da Europa. Para isso, muito enriquece a vivência de diversos quotidianos em países europeus, reconhecendo também as identidades locais e regionais, e as relações de amizade que os intercâmbios e projetos europeus, contribuem decisivamente para o conhecimento e para a valorização das múltiplas identidades europeias, de instituições e de modos de vida dos cidadãos europeus, reforçando o sentido de pertença e identidade, ao nível regional, nacional, europeu e universal.

É fundamental promover o conhecimento e a participação informada dos cidadãos no processo de construção da União Europeia (UE), sendo um imperativo consignado no Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (2007), com o objetivo de «estabelecer uma união cada vez mais estreita entre os povos da Europa». Este objetivo passa por uma séria aposta na formação das crianças e dos jovens, inserindo uma dimensão europeia no seu percurso de aprendizagem, de modo a proporcionar o desenvolvimento de conhecimentos e atitudes que lhes permitam fazer face aos desafios da sociedade

moderna, tanto no contexto europeu como no contexto de um mundo globalizado.

Com a apresentação, em 1993, do Livro Verde sobre a Dimensão Europeia na Educação, a Comissão Europeia procurou lançar o debate sobre os caminhos a seguir. O Livro Verde estabelece, no âmbito dos objetivos gerais da Dimensão Europeia da Educação, que as escolas contribuam para a igualdade de oportunidades para todos; a aquisição por parte dos jovens do sentido de responsabilidade numa sociedade interdependente; o desenvolvimento da capacidade dos alunos para atuar de forma autônoma, para efetuar juízos de valor, para avaliar as questões de forma crítica e para se adaptarem aos desafios da inovação; a possibilidade de desenvolvimento do potencial de todos os jovens ao nível do trabalho e ao nível pessoal, motivando-os para a aprendizagem ao longo da vida; a oferta de formação e habilitações que lhes permitam fazer uma transição para a vida ativa e, em particular, que os preparem para as exigências face ao desenvolvimento tecnológico. Estes objetivos gerais deveriam servir para atingir os objetivos específicos que a Comissão designa de “valor acrescentado”, o qual assenta numa cidadania europeia baseada nos valores partilhados de interdependência, democracia, igualdade, respeito mútuo e igualdade de oportunidades, que, por sua vez, se traduziriam também na melhoria da qualidade da educação, ajudando os alunos na integração social e numa melhor transição para a vida ativa.

Com a possibilidade, através do Tratado de Maastricht, de se instituir uma verdadeira cooperação europeia na área da educação, seriam adotados novos programas para o período de 1995-1999: Leonardo Da Vinci, Sócrates – atualmente integrados no Programa Erasmus+ – e Juventude para a Europa (terceira fase).

Embora com especificidades distintas, os três programas apresentam orientações comuns, promovendo o desenvolvimento da dimensão europeia e despertando para uma cidadania europeia ativa. Ainda no decorrer do ano de 1995, e depois do lançamento da segun-

da geração dos programas referidos anteriormente, a Comissão Europeia viria a apresentar o Livro Branco sobre a Educação e a Formação, intitulado Ensinar e Aprender – rumo à Sociedade Cognitiva, através do qual reconhece que é necessário ter consciência de que promover a dimensão europeia da educação e da formação se tornou, mais do que no passado, uma necessidade por razões de eficácia, como reação à mundialização e ao risco de diluição da sociedade europeia.

Em matéria de educação, é possível ler nas conclusões do Conselho da UE que «Os sistemas educativo e de formação europeus necessitam de ser adaptados não só às exigências da sociedade do conhecimento como também à necessidade de um maior nível e qualidade do emprego». Neste pressuposto, foi o Conselho mandado para proceder «a uma reflexão geral sobre os objetivos futuros concretos dos sistemas educativos». O Conselho Europeu de Barcelona, de 2002, viria a instituir o programa de trabalho Educação e Formação para 2010, «EF2010», o qual procurava responder aos desafios suscitados pela criação de uma Europa do Conhecimento, em que a aprendizagem ao longo da vida constituísse uma realidade para todos. O programa de trabalho seria norteador por três princípios básicos: «melhoria da qualidade, promoção do acesso generalizado e abertura ao mundo exterior». O relatório intercalar conjunto do Conselho e da Comissão, de fevereiro de 2004, apresentado no âmbito do grupo de trabalho «EF2010», viria a incluir um item específico sobre a dimensão europeia da educação. O papel da escola é fundamental para permitir que cada um esteja informado e compreenda o sentido da construção europeia. Todos os sistemas de ensino deverão assegurar que os seus alunos disponham, no fim do ensino secundário, das competências e dos conhecimentos que lhes permitam estar preparados para o seu futuro papel de cidadãos europeus. Isto exige sobretudo um reforço do ensino de línguas a todos os níveis e da dimensão europeia na formação dos docentes e nos programas do ensino primário e secundário.

Do exposto, e na tentativa de elencar alguns dos acontecimentos que marcaram a importância atribuída à dimensão europeia da educação no processo de edificação da UE, é evidente a sua evolução. Se, no início, o conceito de dimensão europeia se centrava no conhecimento que alunos e professores deveriam ter sobre os Estados-membros e conhecerem o processo de construção europeia, atualmente, o conceito implica não só o conhecimento, mas o exercício de uma cidadania europeia ativa, através do qual se transmite aos aprendentes a necessidade de estarem preparados para enfrentar os desafios do mundo global, tirando partido das vantagens da UE, adquirindo conhecimentos e capacidades e desenvolvendo competências adequadas às exigências do mercado de trabalho.

Paralelamente aos currícula, a dimensão europeia está hoje presente nas inúmeras atividades de complemento do currículo que as Escolas promovem, nomeadamente nas que assentam nos intercâmbios suportados por diversas iniciativas – eTwinning, ELOS – Europe Stretching Borders – e/ou outros programas comunitários, tal como o atual Programa Erasmus+.

A Europa do Conhecimento é geradora de Paz, Cidadania e Democracia. A dimensão europeia da Educação levará a uma Educação para Valores e, muito particularmente, à vivência de Valores Europeus, ao conhecimento dos Direitos Fundamentais que têm de ser vividos pelos cidadãos europeus. Esta Europa é a primavera, rejuvenescida, que aceita a unidade numa diversidade de culturas, uma Europa de cidadãos educados para uma dimensão europeia das suas vidas, que não lhes retira as identidades, mas os harmoniza numa identidade europeia que conjuga essas identidades nacionais e culturais. Esta Europa do Conhecimento levará a uma riqueza que conjuga a alteridade com a individualidade, cuja finalidade seja a criação de uma Europa de Pessoas, muito para além dos Estados, num caminho progressivamente supranacional, cujo destino é uma verdadeira União Europeia.

A *Educação um Tesouro a Descobrir*, foi o título escolhido por Jacques Delors e a sua Comissão, inspirado numa fábula de La Fontaine «O lavrador e os filhos», e com a qual concluímos:

Evitai (disse o lavrador) vender a herança,
Que de nossos pais veio
Esconde um tesouro em seu seio.
Mas ao morrer o sábio pai
Fez-lhe esta confissão:
– O tesouro está na educação.³⁴³

A Humanidade só pode avançar se tiver como prioridade a educação. A dimensão europeia da educação tem na Europa do Conhecimento um objetivo primordial e na Escola, o Alicerce de uma Cidadania Ativa.

Bibliografia

- CARDONA, Vitória – *Educar para a Cidadania Europeia. Realidade, Desafio ou Utopia*. Lisboa: Príncípa Editora, 2006.
- DELORS, Jaques (Dir.) – *Educação um Tesouro a Descobrir. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI*. Porto: Edições Asa, 1996.
- LELEUX, Claudine – *Educar para a Cidadania*. Porto: Gailivro, 2006.
- SANTOS, Luís Filipe e PEDROSO, José Vítor (Coord.) – *Referencial Dimensão Europeia da Educação para a Educação Pré-escolar, o Ensino Básico e o Ensino Secundário*. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência, 2015.
- Resolução do Conselho e dos Ministros da Educação*, reunidos no seio do Conselho de 24 de maio de 1988, relativa à dimensão europeia na Educação, JO n.º C 177, de 6 de julho de 1988.
- Résolution du Conseil et des Ministres de l'Éducation*, Conseil du 9 de février 1976, JO n.º C 038 de 19 de février 1976.

³⁴³ Idem, ibidem, p. 30.